

Sumário

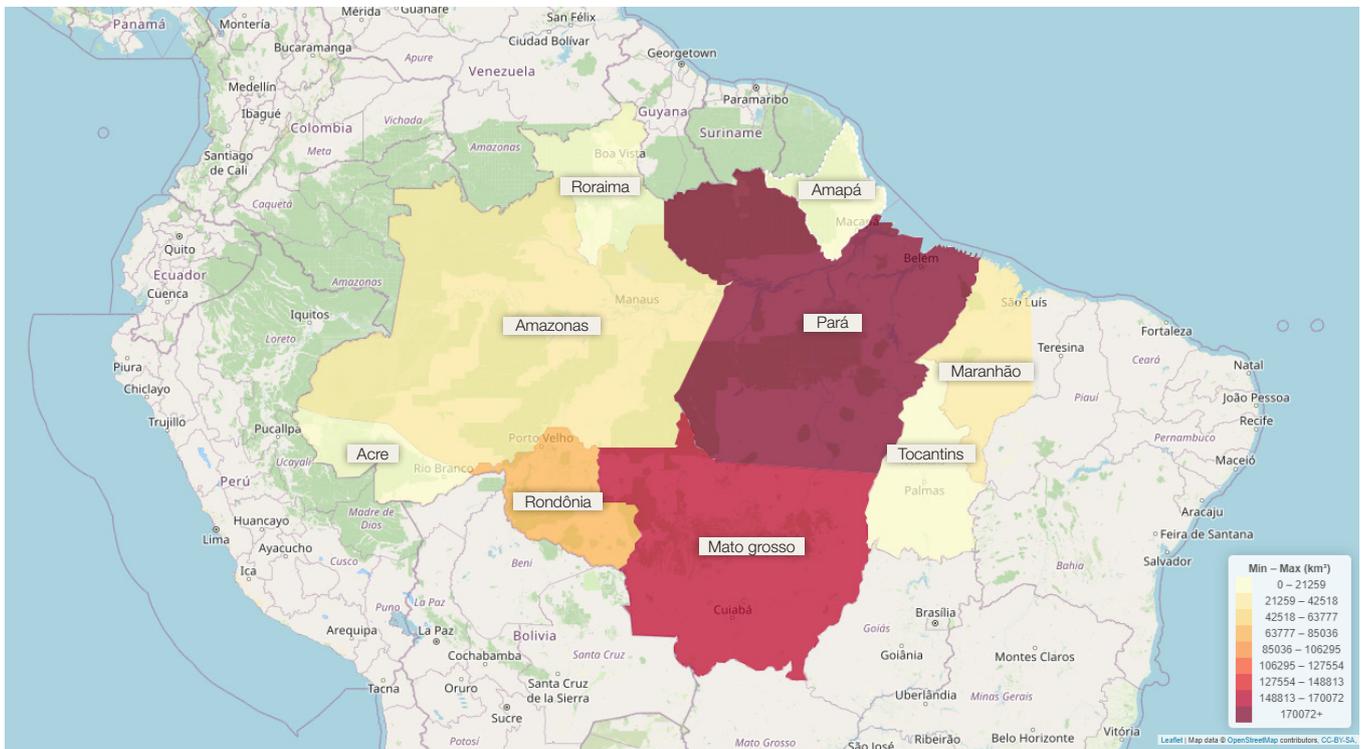
Contexto socioeconômico dos territórios incluídos na Operação Curupira.....	2
Detalhes da Operação Curupira	4
Na retaguarda da Operação Curupira	9
Alguns resultados.....	10
Considerações finais	12
Notas de fim.....	15

Operação Curupira¹

Uma abordagem integrada no combate ao desmatamento no sul do Pará

O desmatamento na região amazônica, em especial no Estado do Pará, representa um desafio ambiental de proporções significativas. Até 2022, o Pará liderava² o desmatamento entre os estados da Amazônia, impulsionado por uma série de fatores complexos e interconectados,³ como a implantação de infraestrutura (estradas, hidroelétricas), o avanço das atividades agropecuárias, a grilagem de terras públicas, a exploração ilegal de árvores, o avanço do garimpo ilegal e o enfraquecimento dos órgãos responsáveis pela fiscalização. Esses problemas são agravados pela presença de atos de corrupção e esquemas de lavagem de dinheiro.

Figura 1: Mapa do desmatamento na Amazônia Legal por estado



Fonte: Mapa elaborado com base nos dados de 2023 do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Diante desse contexto, medidas emergenciais foram implementadas. Em 2023, o Governo do Estado do Pará criou a Operação Curupira, um marco no enfrentamento ao desmatamento, que adota uma abordagem integrada, unindo forças policiais e órgãos ambientais, com o objetivo de alcançar o desmatamento zero até 2030.

Diferentemente de outras iniciativas que mantêm uma presença temporária nos territórios, a Operação Curupira é uma ação de controle e presença contínua do Estado. A implementação de bases fixas contribuiu significativamente para a diminuição da resistência social à presença da polícia, assegurando sua permanência e regularidade na região.

É essencial reconhecer que as diversas camadas de desafios demandam uma abordagem diferenciada e abrangente. Essa nova perspectiva requer a reestruturação do contrato social com as populações locais e envolve múltiplas dimensões das políticas públicas, incluindo segurança pública, climática e jurídica. Sem essas medidas, corremos o risco de retroceder nos avanços alcançados pela Operação Curupira.

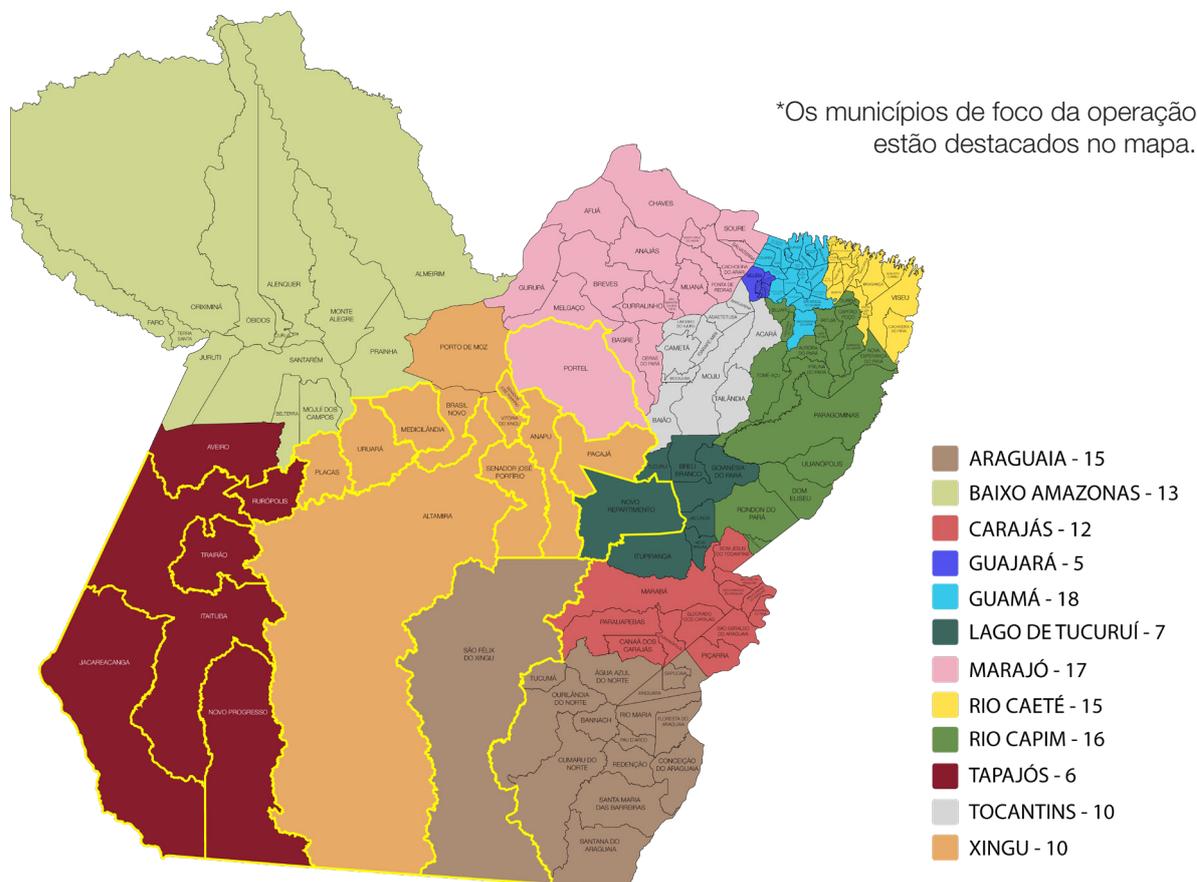
Este estudo tem como objetivo apresentar e discutir a Operação Curupira, destacando suas características, resultados e desafios, contribuindo para o debate e apoiando a tomada de decisões voltadas à conservação da Amazônia e do desenvolvimento sustentável da região.

Contexto socioeconômico dos territórios incluídos na Operação Curupira⁴

Após uma série de compromissos ambientais assumidos pelo Estado do Pará, como a agenda 2030⁵ e COP 2030,⁶ o Decreto nº 2.887,⁷ de 07 de fevereiro de 2023, instituiu a operação Curupira, com foco em quinze municípios que concentravam 76% do desmatamento⁸ no estado entre 2019 a 2022. São eles: Altamira, Anapu, Itaituba, Jacareacanga, Medicilândia, Novo Progresso, Novo Repartimento, Pacajá, Placas, Portel, Rurópolis, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio, Trairão e Uruará.⁹

Os municípios incluídos na operação estão distribuídos em pelo menos cinco das catorze Regiões Administrativas Integradas:¹⁰ Xingu, Tapajós, Marajó, Lago do Tucuruí e Araguaia.

Figura 2: Mapa contendo as regiões administrativas integradas do Pará*



Fonte: Elaboração própria com base no mapa do Pará 2050, elaborado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (Seplad).

Altamira, Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará, Placas e Medicilândia, além de outros três municípios que não foram incluídos na Operação Curupira, formam a Região Administrativa Integrada do Xingu.¹¹ Essa região possui uma população total de 389.874 habitantes e uma extensão territorial de 250.793 km², correspondendo a aproximadamente 20,1% do território paraense, tornando-a a segunda maior região integrada em área.

Entre suas principais características, destaca-se que 70% da região é designada como área protegida e de preservação ambiental. Além disso, 84% da área possui registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR).¹² A densidade demográfica é de 1,55 habitantes por quilômetro quadrado, refletindo uma distribuição esparsa da população em seu vasto território.

A Região Administrativa Integrada do Xingu conta com 31.025 empregos formais, mas enfrenta desafios sociais comuns aos municípios da região: maior taxa de abandono no Ensino Médio do estado, atingindo 27,8%; a quarta maior taxa de pobreza, com 57,5% da população vivendo em condições de vulnerabilidade, e a segunda maior taxa de mortalidade infantil, com 16,8 por mil nascidos vivos.

Novo Progresso, Itaituba, Rurópolis, Trairão e Jacareacanga fazem parte da Região Administrativa Integrada do Tapajós,¹³ que abriga uma população de 275.035 habitantes distribuídos por uma extensa área de 189.595 km², que corresponde a 15,2% do território estadual. Assim como na área do Xingu, a região de Tapajós possui mais de 64,4% de seu território em áreas protegidas, com 70,58% da área cadastrada no CAR. A densidade demográfica é baixa, com apenas 1,36 habitantes por quilômetro quadrado.

Na economia, destacam-se as atividades de extração de minérios preciosos, frigoríficos de abate e serrarias. No setor de serviços, o transporte de cargas e o comércio são as principais atividades, com destaque para a comercialização de combustíveis, produtos de mineração, alimentos e soja.

Com 23.659 empregos formais e uma taxa de abandono no ensino médio de 24,1%, a região ocupa o quarto lugar no estado nesse indicador. A taxa de pobreza atinge 60,1% da população, sendo que 41,2% vive em extrema pobreza, de acordo com dados de dezembro de 2022 do Cadastro Único. Outro aspecto relevante é o desmatamento, que totaliza uma área de 1.242,9 km², equivalente a 14% do desmatamento total do Estado do Pará.

A realidade dessas regiões também é sentida e compartilhada, em diferentes proporções, pelos municípios de Portel, Novo Repartimento e São Félix do Xingu, pertencentes às regiões administrativas de Marajó,¹⁴ Lago de Tucuruí¹⁵ e Araguaia,¹⁶ respectivamente.

Portel possui uma população de 63.831 habitantes distribuídos por 25.385 km². A principal atividade econômica do município é a agropecuária. Há apenas 3.376 empregos formais, e a taxa de abandono no ensino médio é de 20,7%. Além disso, 58,46% da população vive em situação de extrema pobreza, e apenas 2,96% têm acesso a abastecimento de água.

Novo Repartimento, com uma extensão territorial de 15.398 km² e uma população de 78.488 habitantes, apresenta uma densidade demográfica de 5,10 habitantes por quilômetro quadrado. Apenas 15,8% da população possui empregos formais; enquanto 41,69% vive em situação de pobreza, segundo dados do Cadastro Único (CadÚnico). Outro problema grave é o escasso acesso à água, com apenas 4,57% da população sendo adequadamente atendida por sistemas de abastecimento.

Já **São Félix do Xingu** possui uma área de aproximadamente 84.000 km², sendo um dos maiores municípios em extensão territorial do país. Com uma população de cerca de 135 mil habitantes, sua economia é baseada principalmente na agropecuária, além da extração mineral, com jazidas de ouro, cobre e outros minerais. No entanto, o município enfrenta desafios comuns a muitas áreas da Amazônia, como o desmatamento ilegal, conflitos fundiários e problemas sociais, pois tem apenas 5.907 empregos formais e somente 1,74% da população conta com abastecimento de água.

Como podemos observar, além de concentrar 76% do desmatamento de todo o estado, esses territórios compartilham características semelhantes: vastas áreas com baixa densidade populacional, mais de 70% das áreas registradas no CAR e vários desafios sociais como déficit de empregos formais, altas taxas de evasão no ensino médio, pobreza e elevada mortalidade infantil, entre outros.

As consequências do desmatamento são profundas. Não por acaso, os municípios com as maiores taxas de desmatamento são também os menos desenvolvidos da região, o que torna sua população mais vulnerável ao aliciamento em atividades ilegais.¹⁷

Detalhes da Operação Curupira

O diferencial da Operação Curupira, instituída por meio de decreto governamental como uma ação em que o Estado do Pará reconhece e responde à situação de crise no meio ambiente em 15 municípios, está em sua execução integrada, envolvendo as secretarias de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), de Segurança Pública e Defesa Social (Segup); das polícias Militar, Civil e Científica; além do Corpo de Bombeiros Militar e da Defesa Civil.

Cada órgão desempenha papéis bem definidos e complementares, garantindo uma ação coordenada e eficaz:

- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas): coordena a articulação interinstitucional com os outros órgãos e entidades públicas, sendo responsável pela liderança situacional nas operações de campo.
- Secretaria Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup): coordena as ações de comando e controle das forças que integram o Sistema Estadual de Segurança Pública, focando na fiscalização e repressão a crimes ambientais. Além disso, a secretaria é responsável pelas atividades

investigativas e operações conduzidas pela Força Tarefa de Crimes Ambientais da Polícia Civil, que investiga em profundidade crimes ambientais de grande relevância detectados durante os trabalhos de campo.

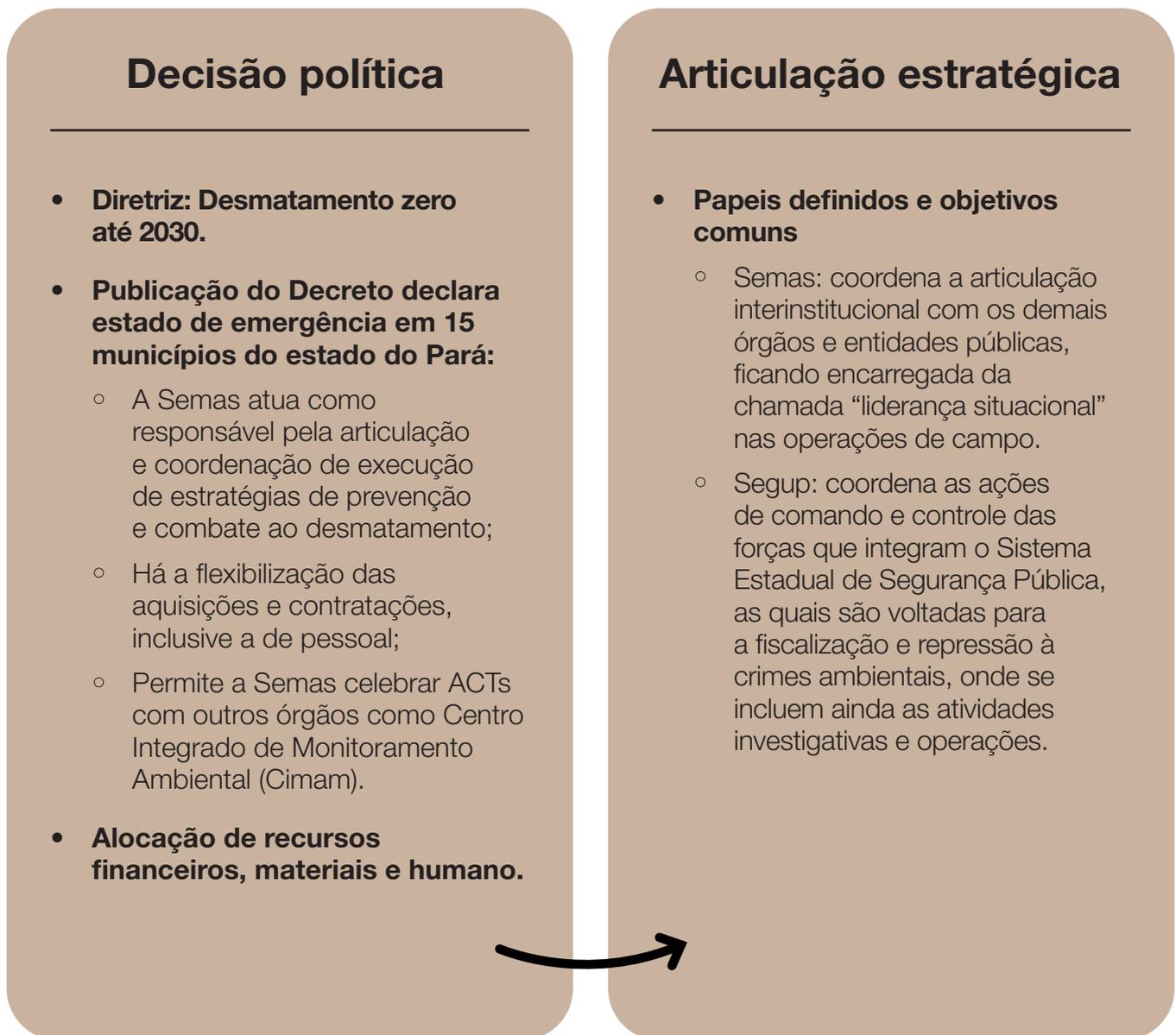
A Semas/PA também atua como central de inteligência ambiental, identificando as áreas críticas de desmatamento que orientam as operações de fiscalização. A inspeção do desmatamento é realizada diariamente pelo Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (Cimam), que gera relatórios semanais apontando as áreas a serem fiscalizadas. Para viabilizar essas operações, foi estabelecido um Acordo de Cooperação entre a Semas e o Governo Federal,¹⁸ permitindo que o contingente técnico do Cimam fosse capacitado para operar o sistema de monitoramento do INPE nas áreas sob jurisdição do Estado.

A atuação integrada entre Semas e Segup também foi formalizada por um Acordo de Cooperação¹⁹ que define os papéis de cada órgão na Operação Curupira e autoriza os agentes de todos os órgãos de segurança pública a lavrar autos de infração ambiental. Essa medida amplia significativamente o alcance da fiscalização ambiental em todo o território paraense.

Além da institucionalização e do compartilhamento de responsabilidades, como no caso dos autos de infração ambiental, a integração entre as Secretarias de Governo também se deu por meio do compartilhamento de dados e informações relevantes sobre áreas de desmatamento e padrões de atividades ilegais. Essa colaboração incluiu o desenvolvimento de planos operacionais

e protocolos conjuntos, que alinham os esforços de fiscalização ambiental ao suporte logístico e operacional das forças de segurança pública. Também foram implantados sistemas de monitoramento contínuo das áreas de interesse, utilizando tanto novas tecnologias (drones, imagens satelitais) quanto patrulhamento físico para detectar e responder rapidamente às atividades ilegais.

Figura 3: Estrutura de governança da Operação Curupira



A partir da pesquisa documental e do estabelecimento de um canal de diálogo com a Segup²⁰ e a Semas,²¹ é possível estruturar a Operação Curupira em três fases:

Fase 1 - Planejamento estratégico (Atividades Precursoras)

Diagnóstico ambiental

A Semas, por meio do Centro de Monitoramento, utiliza imagens de satélites e drones para detectar alvos de interesse onde estão ocorrendo ilícitos ambientais, como queimadas e extração ilegal de madeira. Após a análise desses locais, as informações são repassadas para as equipes de fiscalização, dando prioridade às áreas com desmatamento ativo.

Reunião de alinhamento

Mensalmente, é realizada uma reunião de alinhamento com a presença de gestores e coordenadores das ações, durante a qual são apresentados e analisados os dados de desmatamento no Estado, além de outros pontos relevantes relacionados ao desenvolvimento do trabalho de campo.

A partir dessas discussões, são tomadas decisões estratégicas e táticas que embasam as diretrizes operacionais repassadas às equipes, que, por sua vez, as implementam durante incursões nas áreas definidas como alvo.

Fase 2 - Atividades de incursão

Estabilização do território

As equipes de segurança realizam o reconhecimento do território, já que não pertencem às Unidades Operacionais da região, contando com o apoio de Batalhões Especializados, como o Batalhão de Choque, devido à pressão popular local.

O reconhecimento da área e a identificação de pontos de resistência ocorrem nos primeiros quinze dias. Após essa fase, as forças especializadas retornam aos Batalhões Especializados na capital.

Fase 3 - Rotina operacional

Diagnóstico situacional

Similar ao diagnóstico ambiental, o diagnóstico situacional oferece um retrato quase rotineiro das áreas, orientando os planos operacionais.

Reuniões de alinhamento

O alinhamento operacional ocorre mensalmente, e com base nos dados do diagnóstico situacional, são definidas as estratégias que resultam nos Planos Operacionais regulares.

Patrulhamento e fiscalização de áreas

Com o plano operacional estabelecido, as equipes de Segurança Pública e Meio Ambiente entram em campo para realizar os procedimentos necessários. Nos territórios, podem lavrar os atos cabíveis em nível administrativo e policial conforme a gravidade do crime, e encaminhá-los à justiça.

Quando necessário, aplicam-se multas e sanções legais contra os infratores, além de prisões e inutilização de maquinários, entre outras medidas.

Acompanhamento e monitoramento

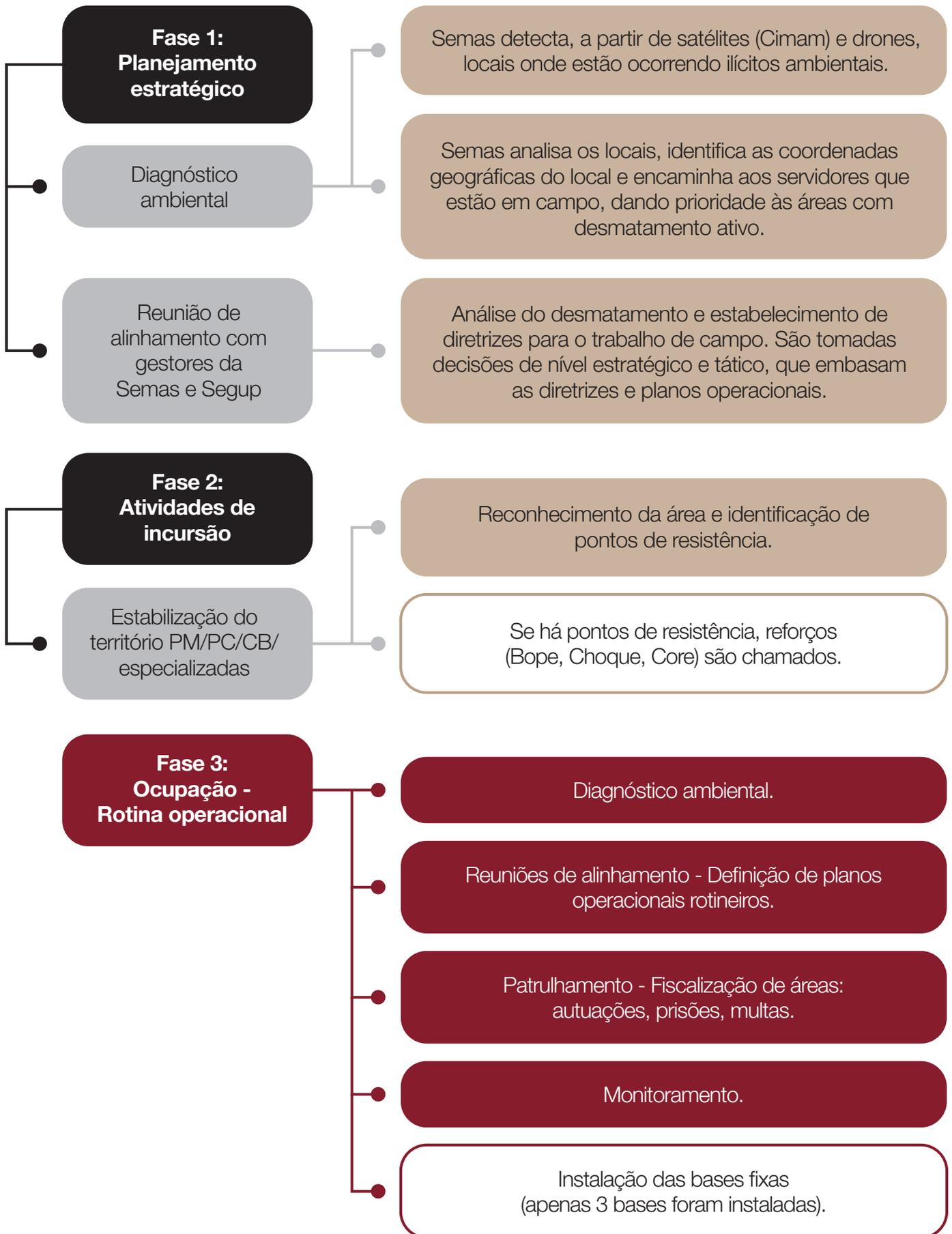
O monitoramento está focado no acompanhamento da cobertura vegetal, bem como nas dinâmicas dos territórios e dos grupos que atuam de forma ilegal

Outras medidas

Fixação de bases

A Operação Curupira também resultou na criação de bases fixas nos Municípios de São Félix do Xingu, Altamira, Uruará e Novo Progresso. Essas bases são espaços integrados e compartilhados pelas Secretarias de Meio Ambiente e de Segurança Pública, abrigando o efetivo de ambas secretarias. O objetivo é fornecer suporte e garantir a presença permanente do Estado em áreas que, até então, apresentavam índices críticos de desmatamento.

Figura 4: Fases da Operação Curupira



Do ponto de vista dos recursos, o Estado optou por não usar o efetivo da região para evitar comprometer as atividades das unidades localizadas nos municípios. Para a operação, foram designados servidores de outras regiões, que se revezam a cada quinze dias. A interação entre as bases fixas e as unidades permanentes, como delegacias e batalhões de policiais militares, caracteriza-se pelo apoio logístico e pela colaboração mútua por meio da troca de informações.

No início da operação, 300 profissionais, entre homens e mulheres, foram mobilizados, divididos em duas equipes de 150 pessoas que se revezavam em escalas quinzenais. Após a estabilização do território e a instalação das bases fixas, o efetivo foi reduzido para 84 profissionais, sendo 42 a cada 15 dias. Desses, seis são do setor de Meio Ambiente e 36 da Segurança Pública. O policiamento ordinário e cotidiano continua a cargo do efetivo local.

A Polícia Militar realizou um curso de Capacitação de Policiamento Ambiental (40 horas/aula) para 70 policiais militares, com o objetivo de habilitá-los para atuar em qualquer missão em que exija a participação do Comando de Policiamento Ambiental. Além da legislação específica, o curso incluiu aulas práticas, considerando que as missões frequentemente ocorrem em terrenos de difícil acesso, como regiões de mata e áreas alagadas.

Segundo a Secretaria Adjunta de Gestão Operacional (Sago), responsável pela operação no âmbito da Segup, toda a operação custa aos cofres públicos aproximadamente R\$ 3.050.000,00 mensais, sendo R\$ 50.000,00 alocados pela Semas e R\$ 3.000.000,00 pela Segup. Esse valor inclui a locação de dois helicópteros exclusivos para a Operação Curupira, além de despesas com diárias, passagens, gasolina e locação de viaturas, entre outros custos.

Isso significa que os recursos destinados à Segurança Pública para a Operação Curupira representam 0,87% do montante total gasto com segurança pública no Estado do Pará.²² No entanto, os custos envolvidos são mínimos quando comparados aos resultados significativos alcançados pela ação.

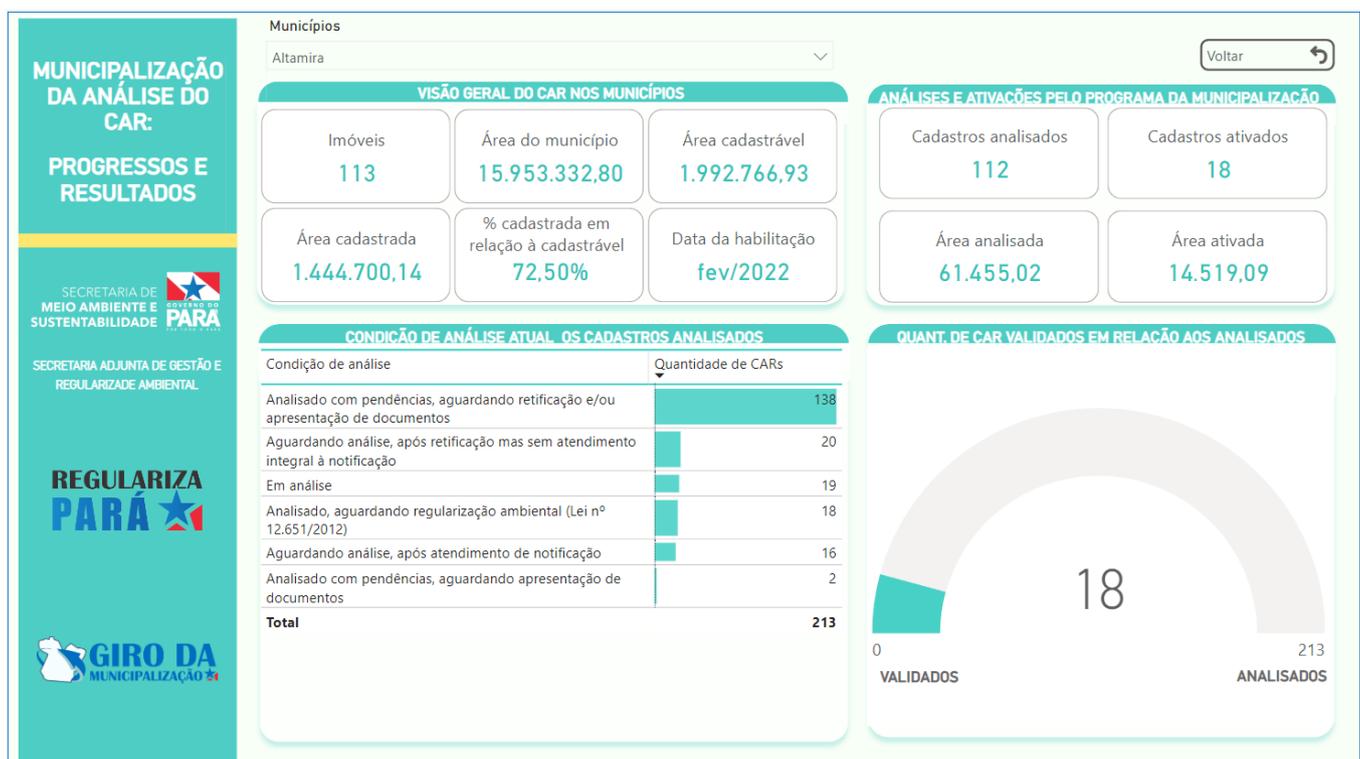
Na retaguarda da Operação Curupira

Paralelamente à Operação Curupira, o Estado tem realizado outros esforços com o objetivo de alcançar o desmatamento zero até 2030. Entre esses esforços, destaca-se:

- Criação de Portal Análise de Cadastros Ambientais Rurais (CAR)²³ que sistematiza e analisa os CARs do Estado do Pará utilizando ferramentas tecnológicas avançadas. Essa base de dados é estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento e degradação das florestas.

No portal, é possível observar, até o momento, a suspensão de CARs nos seguintes municípios: Altamira (134), Novo Repartimento (173), Placas (91) São Félix do Xingu (1080),²⁴ totalizando apenas 21 cancelamentos na região.

Figura 5: Quadro de análises técnicas - Municípios habilitados



- Criação do programa Territórios Sustentáveis, que desenvolve ações de fomento ao desenvolvimento socioeconômico, facilitando a transição para uma economia de baixas emissões em áreas sob pressão de desmatamento. Os produtores rurais são beneficiados por diversos serviços governamentais voltados para o desenvolvimento social e ambiental, como regularização fundiária, acesso a linhas de crédito e seguro rural, garantia de acesso a mercado e assistência técnica rural.

Os municípios incluídos tanto no programa Territórios Sustentáveis quanto na Operação Curupira são Félix do Xingu, Altamira, Medicilândia e Anapu.

Alguns resultados

Nos primeiros cinco meses após a instauração das bases fixas, as ações ostensivas da Operação Curupira foram consideradas eficazes no combate ao desmatamento.

Segundo o gestor da Semas, Mauro O’de Almeida, a operação resultou em uma redução de 40% no desmatamento nos municípios abrangidos pela operação, em comparação ao ano de 2022. Ele ressaltou a importância das diversas intervenções de combate à degradação ambiental realizadas durante esse período, incluindo detenções, apreensões, destruição de equipamentos, além de outras medidas. “A atuação integrada dos órgãos ambientais e de segurança foi primordial para que o Estado do Pará deixasse de ser o principal desmatador da região Amazônica”, também destacou O’de Almeida.²⁵

A operação, que permanece em vigor, alcançou até fevereiro de 2024 os seguintes resultados:²⁶

- Número de fiscalizações Integradas: **1022**
- Número de garimpos fiscalizados: **144**
- Armas e munições apreendidas: **177** e **590**, respectivamente.
- Conjuntos de maquinários apreendidos: **871** (tratores, escavadeiras, etc.)
- Maquinário inutilizado (tratores, dragas e outros artefatos utilizados no garimpo): **240**
- Prisões em flagrante: **68**
- Valor das multas aplicadas e lavradas pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas):²⁷ **R\$ 5.745.810,00**
- Percentual de redução de alertas de desmatamento: **67%**

A Operação Curupira também teve um impacto nos dados de criminalidade, incluindo crimes violentos letais intencionais (CVLI) e roubo. A comparação dos registros de crimes violentos letais intencionais e roubos nos municípios nos 450 dias antes e após o início da operação mostra isso.²⁸

Tabela 1: Dados de criminalidade nos municípios da Operação Curupira

Município	CVLI				Roubo			
	Antes	Depois	VAR ABS	VAR %	Antes	Depois	VAR ABS	VAR %
Altamira	76	51	-25	-32,89	556	275	-281	-50,54
Anapu	38	21	-17	-44,74	89	52	-37	-41,57
Itaituba	82	61	-21	-25,61	440	433	-7	-1,59
Jacareacanga	11	10	-1	-9,09	24	25	1	4,17
Medicilândia	12	17	5	41,67	67	26	-41	-61,19
Novo progresso	35	31	-4	-11,43	68	42	-26	-38,24
Novo repartimento	44	28	-16	-36,36	58	66	8	13,79
Pacajá	36	50	14	38,89	33	35	2	6,06
Placas	5	13	8	160,00	12	9	-3	-25,00
Portel	14	22	8	57,14	240	140	-100	-41,67
Rurópolis	3	4	1	33,33	29	10	-19	-65,52
São Félix do Xingu	53	48	-5	-9,43	136	116	-20	-14,71
Senador José Porfírio	5	10	5	100,00	14	11	-3	-21,43
Trairão	21	12	-9	-42,86	20	19	-1	-5,00
Uruará	48	32	-16	-33,33	96	47	-49	-51,04

Fonte: SISP/CEAC/DEAC/SIAC/Segup-PA

Apesar dos resultados expressivos, a operação Curupira tem enfrentado e continua a enfrentar vários desafios no combate às atividades ilegais. O titular da Sago destacou que a resistência dos criminosos envolvidos nessas atividades exigiu a adoção de novas estratégias e uma abordagem mais proativa para garantir a eficácia das operações de segurança.

Além disso, a oposição da população local,²⁹ muitas vezes dependente de atividades econômicas ligadas a ilegalidades ambientais, torna o cenário ainda mais complexo, exigindo uma atuação diferenciada para a aplicação da lei.

A dificuldade de acesso a áreas remotas, agravada pela falta de viaturas adequadas para o terreno,³⁰ impõe desafios logísticos e de manutenção que comprometem as intervenções. Por fim, a necessidade constante de troca de efetivo reflete a natureza dinâmica do ambiente operacional, diante das constantes mudanças no cenário criminal.

Enfrentar esses desafios requer uma abordagem integrada, colaborativa e resiliente. Os significativos resultados da Operação Curupira no controle dos ilícitos ambientais, conforme já demonstrado, fez com que o Governo do Pará prorrogasse a ação por mais tempo.

Considerações finais

As perspectivas da Operação Curupira no combate às atividades ilegais e na preservação ambiental são promissoras e podem abrir caminho para uma cooperação mais eficaz, inovação e sustentabilidade, se considerarmos os seguintes aspectos. Veja, a seguir, o que o quadro-síntese da Operação Curupira e seus critérios de avaliação revelam:

Tabela 2: Quadro-síntese dos critérios de avaliação da Operação Curupira

Critério	O que avalia	Constatações
Decisão política (comprometimento e suporte político)	Comprometimento do gestor, considerando a alocação de recursos, a legislação de apoio e a continuidade das iniciativas integradas.	<p>O gestor público aloca recursos para a iniciativa (financeira, humana e estrutural) e publica atos normativos, possibilitando um arcabouço legal para as atividades integradas. A iniciativa é monitorada e avaliada regularmente.</p> <p>Um ponto de atenção é a necessidade de elaborar planos ou estratégias que assegurem a continuidade das iniciativas integradas, mesmo durante mudanças de liderança ou transições administrativas. Além das da criação das bases fixas, é necessário aprimorar esse aspecto de governança para garantir que o trabalho realizado não sofra interrupções.</p>
Governança	Objetivos e estratégias dos órgãos envolvidos alinhados e entendimento compartilhado dos resultados esperados da integração.	<p>Ao analisar o Acordo de Cooperação Técnica assinado entre Semag e Segup, identificamos os objetivos comuns e estratégias de integração.</p> <p>São realizadas reuniões mensais para alinhamento entre os gestores estratégicos (Fase 3: Rotina operacional) e reuniões mensais entre gestores e coordenadores operacionais (Fase 1: Planejamento estratégico).</p>
	Capacidade dos órgãos em colaborar e coordenar ações de forma eficaz, incluindo o desenvolvimento e implementação de planos operacionais conjuntos.	São realizadas atividades conjuntas de fiscalização e coordenadas, e o compartilhamento de recursos, como equipamentos, tecnologias e infraestrutura (bases fixas).

continuação

Critério	O que avalia	Constatações
Compartilhamento de Informações e inteligência	Qualidade e regularidade do compartilhamento de informações entre os órgãos envolvidos, garantindo que as informações críticas sejam compartilhadas de forma eficiente e oportuna.	Compartilhamento diário de informações e dados relevantes sobre áreas de desmatamento e padrões de atividades ilegais.
Resultados e Impacto	Redução do desmatamento, aumento da eficiência operacional e melhoria nos serviços prestados à população.	Os esforços empreendidos resultaram na redução de 76% do desmatamento no último ano.
Inovação	Originalidade na resolução do problema, seja por meio de uma nova tecnologia, um método de trabalho não convencional ou uma abordagem nova para lidar com o desafio.	O Acordo de Cooperação Técnica (ACT) possibilita que os agentes de segurança pública, que possuem maior capilaridade do que os servidores do meio ambiente, lavrem autos de infração ambiental, ampliando a capacidade de comando e controle do Estado O mesmo vale para o modelo da parceria com o Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (Ciman).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados apresentados

O estudo demonstra que a parceria entre a polícia e os órgãos ambientais é essencial para uma abordagem eficaz e integrada na proteção dos recursos naturais e no combate ao crime ambiental. A sinergia entre essas instituições permite uma resposta mais ágil e coordenada diante das ameaças à biodiversidade e aos ecossistemas frágeis.

Além disso, o uso de tecnologias de monitoramento e fiscalização representa um avanço significativo na capacidade de detecção e prevenção de atividades ilegais.

Com a iniciativa da operação Curupira, o Pará dá passos importantes para a implantação de uma política de comando e controle dos ilícitos ambientais. Reconhecer os avanços e resultados alcançados é crucial, mas surge a questão: como sustentar seus resultados a longo prazo?

Pensando nisso, sugerimos algumas recomendações:

- **Fortalecer a integração entre meio ambiente e segurança pública**, e ampliar a colaboração interinstitucional com outros atores, como o Ministério Público, para uma abordagem integrada no combate ao desmatamento.
- **Compatibilizar e implementar outras políticas públicas nos territórios incluídos na Operação Curupira**, como desenvolvimento urbano sustentável, educação, trabalho, saúde, entre outras.
- **Intensificar ações de conscientização e educação ambiental nas comunidades**, reconhecendo o papel fundamental dessas ações na construção de uma cultura de respeito e cuidado com o meio ambiente. Incentivar práticas sustentáveis e o engajamento cívico na proteção dos recursos naturais é fundamental.
- **Acelerar a transição da dependência econômica de ilícitos ambientais para a chamada “economia verde”**, conciliando o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental por meio da implementação de políticas e incentivos para o uso sustentável dos recursos naturais. A floresta em pé pode se tornar uma fonte viável de renda para as comunidades locais, por meio do ecoturismo, manejo florestal sustentável, agricultura orgânica, entre outras atividades econômicas compatíveis com a preservação ambiental.

A efetividade da Operação Curupira está intrinsecamente ligada à cooperação entre instituições, adoção de tecnologias inovadoras, educação ambiental e desenvolvimento de uma economia verde. Essa abordagem multidimensional e sustentável é essencial para a proteção da floresta e a promoção do bem-estar humano.

Notas de fim

1. Curupira é uma figura mítica do folclore brasileiro, conhecido como o guardião das florestas. Com seus pés voltados para trás, ele confunde e assusta aqueles que entram na mata com a intenção de derrubar árvores ou caçar os animais, punindo-os por suas ações e protegendo a natureza. Apesar do nome, essa operação do Pará não se confunde com [a de 2005](#), lançada pelo governo federal, sob coordenação da então ministra Marina Silva.
2. Dados do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (2023): https://terrabrazilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates
3. Para mais informações sobre este assunto, ler [O ecossistema do crime ambiental na Amazônia: uma análise das economias ilícitas da floresta](#) e [Governar para não entregar: uma agenda de Segurança Multidimensional para a Amazônia brasileira](#), do Instituto Igarapé.
4. Os dados utilizados nesta seção, incluindo informações sobre população, PIB, empregabilidade, educação, saúde e dados ambientais foram extraídos do @cidades – IBGE (2022) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA). Esses dados foram compilados a partir de apresentações técnicas da Secretaria de Planejamento e Administração para o [Plano Plurianual PPA \(2023-2027\)](#).
5. A [Agenda 2030](#) para o Desenvolvimento Sustentável da ONU é um compromisso universal que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2016. Ela estabelece uma série de metas a serem alcançadas até 2030, traçando um caminho coletivo para um futuro sustentável global.
6. COP 30 - Conferência da ONU sobre mudanças climáticas. O Estado do Pará se prepara para receber a 30ª COP, que será realizada em Belém (PA), em novembro de 2025.
7. Governo do Pará, Decreto nº 2.887, de 07 de fevereiro de 2023. DOE Nº 35.281 de 07/02/2023. Declara Estado de Emergência Ambiental pelo prazo de 180 dias. Diário Oficial nº 35.281. Belém/PA: Semas, 2023. Disponível em: www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/239012.pdf
8. Dados calculados a partir do RAD 2021 Relatório Anual de Desmatamento no Brasil - Julho de 2022. https://alerta.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/17/2024/03/RAD2021_Completo_FINAL_Rev1.pdf
9. Todos os municípios incluídos na Operação Curupira também integram a [listagem de municípios](#) considerados prioritários pelo governo federal para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestal.
10. Para uma melhor divisão administrativa e planejamento regional, o Estado do Pará optou por adotar as Regiões Administrativas Integradas (RIs), que visam integrar a gestão e o desenvolvimento de áreas geograficamente próximas e com características similares.
11. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, Governo do Pará. [RI Xingu - Perfil Socioeconômico e Ambiental](#)
12. Criado pela [Lei 12.651/12](#), o [Cadastro Ambiental Rural \(CAR\)](#) é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, formando uma base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.
13. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, Governo do Pará. [RI Tapajós - Perfil Socioeconômico e Ambiental](#)
14. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, Governo do Pará. [RI Marajó - Perfil Socioeconômico e Ambiental](#)
15. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, Governo do Pará. [RI Lago de Tucuruí - Perfil Socioeconômico e Ambiental](#)
16. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, Governo do Pará. [RI Araguaia - Perfil Socioeconômico e Ambiental](#)
17. Segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), os municípios que mais desmatam têm pior qualidade de vida.
18. Ministério da Defesa. [Acordo de Cooperação Técnica / Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam n. 08/2020](#)

19. Agência Pará. [Acordo de cooperação permite que agentes de segurança atuem na fiscalização ambiental no Pará](#)
20. Os diálogos foram realizados em diferentes momentos do mês de abril, com o Secretário Adjunto de Gestão Operacional (Sago), diretamente responsável pela operação no âmbito da Segup.
21. Diálogo realizado no mês de maio com a Coordenadora da Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias – [Sagat](#)
22. Dados de gastos em segurança pública por estado, ver Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023, do [Fórum Brasileiro de Segurança Pública](#)
23. Portal de Análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR): www.semas.pa.gov.br/2021/03/18/semas-lanca-portal-de-analise-do-car/; Regulariza Pará: [Portal do Programa Regulariza Pará](#)
24. Dados acessados no [Portal do Programa Regulariza Pará](#), em 12 de junho de 2024.
25. Agência Pará (2023). [Pará registra queda de 40% no desmatamento após ações estratégicas da Operação Curupira](#)
26. Assessoria Especial de Comunicação Social (Ascom). [Operação Curupira completa um ano com redução do desmatamento e novos investimentos anunciados](#); [O Pará avança em ações integradas e reduz o desmatamento no território estadual](#); [Pará avança em ações integradas e reduz o desmatamento no território estadual](#); [Desmatamento no Pará segue em queda e registra redução de 50% em julho, segundo o Inpe](#); [Territórios Sustentáveis atende mais de 2 mil produtores rurais em 43 municípios paraenses](#); [Plataforma Territórios Sustentáveis é lançada para fortalecer economia de baixo carbono](#)
27. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (Semas). Nota Técnica Nº 35849/2023 (CFISC/Ciman/Semas/PA), apresenta considerações sobre os dados de desmatamento referentes ao Ano Prodes1 2022 (Ago 2021-Jul 2022), 2023.
28. O período antes da operação, conforme fornecido pela Segup, compreende de 15/11/2021 a 07/02/2023 e o período pós operação foi de 08/02/2023 a 02/05/2024.
29. *O Liberal*. [Viatura usada em operações de combate ao desmatamento é incendiada no Pará](#)
30. As viaturas utilizadas durante a Operação Curupira apresentaram problemas e precisaram ser substituídas. A Segup, até maio deste ano, estava na terceira tentativa de licitar a locação de viaturas com estrutura modificada, adequadas para uso em terrenos irregulares próprios da região.

Expediente Institucional

Instituto Igarapé

Ilona Szabó de Carvalho
Cofundadora e Presidente

Robert Muggah
Cofundador e Chefe de Inovação

Melina Risso
Diretora de Pesquisa

Leriana Figueiredo
Diretora de Programa

Maria Amélia L. Teixeira
Diretora de Operações

Ficha Técnica

Autoria

Melina Risso
Diretora de Pesquisa

Vivian Calderoni
Coordenadora de Programas

Juliana Barroso
Assessora

Maria Eugenia Trombini
Pesquisadora

Edição

Debora Chaves
Editora

Projeto Gráfico

Raphael Durão
Coordenador Criativo

André Guttierrez
Designer



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, que desenvolve pesquisas, soluções e parcerias com o objetivo de impactar tanto políticas como práticas públicas e corporativas na superação dos principais desafios globais. Nossa missão é contribuir para a segurança pública, digital e climática no Brasil e no mundo. O Igarapé é uma instituição sem fins lucrativos e apartidária, com sede no Rio de Janeiro e atuação do nível local ao global.

Apoio:



NICFI

Norway's
International Climate
and Forest Initiative

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel.: +55 (21) 3496-2114

contato@igarape.org.br

igarape.org.br

Assessoria de Imprensa

press@igarape.org.br

Redes Sociais

[f facebook.com/institutoigarape](https://www.facebook.com/institutoigarape)

[x x.com/igarape_org](https://x.com/igarape_org)

[in linkedin.com/company/igarapeorg](https://www.linkedin.com/company/igarapeorg)

[youtube.com/user/InstitutoIgarape](https://www.youtube.com/user/InstitutoIgarape)

[instagram.com/igarape_org](https://www.instagram.com/igarape_org)

igarape.org.br



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank